

ACORDO ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI SOBRE COOPERAÇÃO POLICIAL EM MATÉRIA DE INVESTIGAÇÃO, PREVENÇÃO E CONTROLE DE FATOS DELITUOSOS

A República Federativa do Brasil

e

A República Oriental do Uruguai,
adiante denominadas "Partes":

Desejosas de contribuir com o desenvolvimento das relações bilaterais;

Interessadas em fortalecer a cooperação policial entre as autoridades competentes das Partes;

De acordo com o espírito de amizade e cooperação manifestado pela autoridades dos dois países no âmbito da Nova Agenda de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço:

Acordam:

CAPÍTULO I
Abrangência do Acordo

Artigo 1

As Partes, para efeito do presente Acordo, por intermédio das autoridades policiais e no marco de suas respectivas jurisdições e competências, prestar-se-ão cooperarão para prevenir e/ou investigar fatos delituosos, sempre que tais atividades não estejam reservadas pelas leis do Estado requerido a outras autoridades e que o solicitado não viole sua legislação processual ou de fundo.

Artigo 2

Para efeitos do presente Acordo entender-se-á por autoridades competentes as autoridades policiais compreendidas no Anexo I.

Artigo 3

1. A assistência e cooperação compreenderá as situações de interesse mútuo relacionadas com as tarefas de polícia , nas zonas limítrofes.

2. Considera-se compreendido na cooperação policial prevista neste Acordo, todo fato que constitua delito tanto no Estado requerente como no Estado requerido.

Artigo 4

A cooperação será prestada de conformidade com a legislação interna das Partes e compreenderá, nos termos do presente Acordo, a:

a. O intercâmbio de informações sobre atos preparatórios ou execução de delitos que possam interessar a outra Parte, bem como sobre o *modus operandi* detectado, documentações e certidões para o fim de prevenção de atos ilícitos.

b. A execução de atividades investigativas e diligências sobre situações ou pessoas imputadas ou presumivelmente vinculadas a fatos delituosos, que serão levadas a cabo pela Parte requerida.

CAPÍTULO II
Intercâmbio de Informações

Artigo 5

1. Cada uma das Partes designará um Coordenador Policial de Fronteira pertencentes às Autoridades Policiais, os quais:

a. Receberão e darão encaminhamento às solicitações de cooperação policial e intercâmbio de informações contempladas no presente Acordo;
b. Supervisionarão e avaliarão periodicamente o funcionamento dos mecanismos estabelecidos;
c. Planificarão e proporão às autoridades competentes de sues respectivos Estados os projetos necessários para fortalecer e alcançar uma maior eficácia das medidas contempladas neste Acordo.

2. Será de competência dos Coordenadores a entrega das informações solicitadas, cumprindo suas obrigações em conformidade com as instruções das Partes requerida e requerente, comunicando as autoridades competentes de seus respectivos Estados, sendo-lhes vedada qualquer atuação de forma independente.

Artigo 6

1. O intercâmbio de informação policial a que se refere o artigo precedente será feito através do Sistema de Intercâmbio de Informações de Segurança do MERCOSUL (SISME), devendo em tal caso ser ratificado por documento original, firmado dentro dos 10 (dez) dias seguintes ao pedido inicial.

2. Até que se implemente o intercâmbio de informação referido acima, as solicitações serão enviadas aos respectivos Coordenadores Policiais de Fronteira por meio de telex, fac-símile, correio eletrônico ou similar.

3. O Coordenador Policial de Fronteira da Parte requerida dará seguimento à solicitação imprimindo o trâmite urgente, por meio dos mecanismos possíveis.

4. O Ministério da Justiça do Brasil e o Ministério do Interior do Uruguai informarão reciprocamente a designação dos Coordenadores Policiais de Fronteira, bem como as modificações que ocorram, mantendo informadas as Autoridades Policiais de seus respectivos países.

Artigo 7

A informação requerida nos termos do presente Acordo será prestada, de conformidade com as respectivas legislações, nas mesmas condições que as Partes proporcionem a suas próprias autoridades policiais.

Artigo 8

Sem prejuízo do disposto no Artigo 7, a autoridade competente da Parte requerida poderá aprazar o cumprimento da solicitação, ou condicioná-la, nos casos em que interfira com uma investigação em curso no âmbito de sua jurisdição.

Artigo 9

As Partes deverão:

a. A pedido da Parte requerente, manter o caráter confidencial da solicitação e de sua tramitação. Se não for possível tramitar a solicitação sem violar a confidencialidade, a Parte requerida informará a Parte requerente, que decidirá se mantém a solicitação.

b. Da mesma forma, a autoridade competente da Parte requerida poderá solicitar que a informação obtida a partir da solicitação tenha caráter confidencial. Neste caso, o requerente deverá respeitar tais condições. Se

não puder aceitá-las comunicará à Parte requerida, que decidirá sobre a prestação ou não da colaboração.

Artigo 10

A pedido do Coordenador Policial de Fronteira da Parte requerente, o Coordenador da Parte requerida informará, com a brevidade possível, sobre o estágio de cumprimento da solicitação em trâmite.

Artigo 11

As autoridades policiais da Parte requerente, salvo consentimento prévio das autoridades da Parte requerida, somente poderá empregar a informação obtida em virtude do presente Acordo na investigação ou procedimento policial indicado na solicitação.

Artigo 12

A solicitação deverá ser redigida no idioma da Parte requerente e será acompanhada de tradução no idioma da Parte requerida. Por sua vez, as informações originadas como conseqüência da referida solicitação serão redigidas unicamente no idioma da Parte requerida.

CAPÍTULO III
Perseguição de Delinqüentes

Artigo 13

As autoridades policiais das Partes que, em seu próprio território, estejam perseguindo uma ou mais pessoas que para eludir a ação das autoridades ultrapassem o limite fronteiriço, poderão ingressar no território da outra Parte somente para o efeito de requerer à autoridade policial mais próxima o procedimento legal correspondente. De tal solicitação dever-se-á lavrar ata por escrito.

Artigo 14

Efetuada a detenção e/ou apreensão preventiva das pessoas motivo da perseguição, as autoridades policiais da Parte requerida comunicarão o fato, com urgência, às autoridades da Parte requerente. As pessoas detidas e/ou apreendidas preventivamente permanecerão nesta situação conforme as disposições legais estabelecidas no país de detenção.

Artigo 15

No desenvolvimento da investigação de um delito ou na vigilância de uma ou mais pessoas que tenham presumivelmente participado de um fato delituoso e que possam ser objeto de extradição, as autoridades policiais de uma das Partes poderão atuar como observadores no território da outra Parte, mediante prévia solicitação, devidamente autorizada.

CAPÍTULO IV
Disposições Finais

Artigo 16

O presente Acordo não restringirá a aplicação total ou parcial de outros que sobre a mesma matéria tiverem sido firmados ou venham a ser assinados entre as Partes, desde que suas cláusulas sejam mais favoráveis para fortalecer a cooperação mútua em assuntos vinculados às tarefas de polícia em zonas limítrofes.

Artigo 17

1. As controvérsias que surjam entre as Partes por motivo da aplicação, interpretação ou descumprimento das disposições contidas no presente Acordo, serão resolvidas por negociações diretas entre o Ministério da Justiça do Brasil e o Ministério do Interior do Uruguai, em um prazo de 90 (noventa) dias.

2. Se decorrido o prazo de 90 (noventa) dias a controvérsia não tiver sido resolvida através das negociações diretas mencionadas no parágrafo anterior deste artigo, ela será solucionada por via diplomática.

Artigo 18

As partes, através das Autoridades Policiais, se comprometem a estabelecer e manter, nas zonas de fronteira, os sistemas de comunicações mais adequados para os fins do presente Acordo.

Artigo 19

O presente Acordo entrará em vigor (60) sessenta dias após a data em que as Partes trocarem os respectivos instrumentos de ratificação.

Artigo 20

Quaisquer das Partes poderá denunciar o presente Acordo, mediante notificação escrita, por via diplomática. A denúncia surtirá efeito seis meses após a data de sua formalização.

Feito em Rio Branco, República Oriental do Uruguai, em 14 de abril de 2004, em dois exemplares originais, em português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Celso Amorim
Ministro de Estado das Relações Exteriores

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI

Didier Opertti Badán
Ministro das Relações Exteriores

ANEXO I

ACORDO SOBRE COOPERAÇÃO POLICIAL NA INVESTIGAÇÃO, PREVENÇÃO E CONTROLE DE FATOS DELITUOSOS, ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI

Coordenadores do Fronteira

- República Federativa do Brasil
  Ministério da Justiça - Secretaria Nacional de Justiça
  Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Edifício Sede, sala 428
  CEP 70064-900, Brasília – DF

- República Oriental do Uruguai
  Ministério do Interior, Direção Nacional de Informação e Inteligência
  Endereço: Maldonado 1121, Montevidéu - Uruguai

ANEXO II

ACORDO SOBRE COOPERAÇÃO POLICIAL NA INVESTIGAÇÃO, PREVENÇÃO E CONTROLE DE FATOS DELITUOSOS, ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI

Nome das Autoridades Policiais comprometidas com os termos do presente Acordo:

Pela República Federativa do Brasil:
- Polícia Federal do Brasil;
- Secretaria da Justiça e da Segurança do Estado do Rio Grande do Sul

Pela República Oriental do Uruguai
- Polícia Nacional do Uruguai.

ACUERDO SOBRE COOPERACIÓN POLICIAL EN LA INVESTIGACIÓN, PREVENCIÓN Y CONTROL DE HECHOS DELICTIVOS ENTRE LA REPUBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL Y LA REPUBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY

La República Federativa del Brasil

y la República Oriental del Uruguay,
en adelante denominadas "las Partes":

Deseosas de contribuir al desarrollo de las relaciones bilaterales;

Interesadas en fortalecer la cooperación policial entre las autoridades competentes de las Partes;

De acuerdo con el espíritu de amistad y cooperación manifestado por las autoridades de ambos países en el marco de la Nueva Agenda de Cooperación y Desarrollo Fronterizo;

Acuerdan:

CAPÍTULO I

Alcance del Acuerdo

Artículo 1

Las Partes a los fines del presente Acuerdo, por intermedio de las autoridades policiales y en el marco de sus respectivas jurisdicciones y competencias, se prestarán cooperación para prevenir y/o investigar hechos delictivos, siempre que tales actividades no estén reservadas por las leyes del Estado requerido a otras autoridades y que lo solicitado no viole su legislación procesal o de fondo.

Artículo 2

A los efectos del presente Acuerdo se entenderá por autoridades competentes a las autoridades policiales comprendidas en el Anexo I.

Artículo 3

1. La asistencia y cooperación comprenderá las situaciones de interés mutuo relacionadas con las tareas de policía, en las zonas limítrofes.

2. Se considera comprendido en la cooperación policial prevista en este Acuerdo, todo hecho que constituya delito tanto en el Estado requirente como en el Estado requerido.

Artículo 4

La cooperación será prestada, conforme lo permita la legislación interna, la que sometida a las condiciones que se establecen en el presente Acuerdo, estará referida a:

a. El intercambio de información sobre actos preparatorios o ejecución de delitos que puedan interesar a la otra Parte, como asimismo el modus operandi detectado, documentaciones y certificaciones a los fines de la prevención de hechos ilícitos.

b. La ejecución de actividades investigativas y diligencias sobre situaciones o personas imputadas o presuntamente vinculadas en hechos delictivos, las que serán llevadas a cabo por la Parte requerida.

CAPÍTULO II

Intercambio de Información

Artículo 5

Cada una de las partes designará un Coordinador Policial de Frontera perteneciente a las autoridades policiales, los cuales:

a. Recibirán y encaminarán las solicitudes de cooperación policial e intercambio de información que se contemplan en el presente Acuerdo;

b. Supervisarán y evaluarán periódicamente el funcionamiento de los mecanismos establecidos;

c. Planificarán y propondrán a las autoridades competentes de sus respectivos Estados los proyectos necesarios para fortalecer y alcanzar una mayor eficacia de las medidas contempladas en este Acuerdo.

La competencia de los Coordinadores incluirá la entrega de las informaciones solicitadas, cumpliendo sus obligaciones de conformidad con las instrucciones de las Partes requerida y requirente, comunicando a las autoridades competentes de sus respectivos Estados, quedando éstos impedidos de realizar cualquier actuación en forma independiente.

Artículo 6

1. El intercambio de información policial al que refiere el articulo precedente se realizará a través del Sistema de Intercambio de Información de Seguridad del MERCOSUR (SISME), debiendo en tal caso ser ratificado por documento original firmado dentro de los 10 (diez) días siguientes al pedido inicial.

2. Hasta que se implemente el sistema de intercambio de información precedentemente referido, las solicitudes serán enviadas a los Coordinadores Policiales de Frontera respectivos por intermedio de telex, fax, correo electrónico o similar.

3. El Coordinador Policial de Frontera de la Parte requerida tramitará la solicitud asignándole el carácter de urgente despacho, a partir de la instrumentación de un mecanismo que lo haga posible.

4. El Ministerio de Justicia del Brasil y el Ministerio del Interior del Uruguay se comunicarán la designación de los Coordinadores Policiales de Frontera así como las modificaciones que se produjeren, manteniendo informadas de ello a las autoridades policiales de sus respectivos países.

Artículo 7

La información requerida en los términos del presente Acuerdo será suministrada, de conformidad a las respectivas legislaciones, en las mismas condiciones que se proporcionan a sus propias autoridades policiales.

Artículo 8

Sin perjuicio de lo expresado en el artículo 7, la autoridad competente de la Parte requerida podrá aplazar el cumplimiento de la solicitud, o sujetarla a condiciones, en caso de que interfiera con una investigación en curso en el ámbito de su jurisdicción.

Artículo 9

Las Partes deberán:

a. A pedido de la Parte requirente, mantener el carácter confidencial de la solicitud y de su tramitación. Si la solicitud no puede tramitarse sin violar la confidencialidad, la Parte requerida informará de ello a la Parte requirente la que decidirá si mantiene vigente la solicitud.

b. De igual manera, la autoridad competente de la Parte requerida podrá solicitar que la información obtenida a partir de la solicitud tenga carácter confidencial. En tal caso, el requirente respetará dichas condiciones. Si no pudiere aceptarlas lo comunicará a la Parte requerida, la que decidirá sobre la prestación o no de la colaboración.

Artículo 10

A pedido del Coordinador Policial de Frontera de la parte requirente, el Coordinador de la Parte requerida informará, a la brevedad, sobre el estado de cumplimiento alcanzado con referencia a la solicitud tramitada.

Artículo 11

Las autoridades policiales de la Parte requirente, salvo consentimiento previo de las autoridades de la Parte requerida, sólo podrán emplear la información obtenida en virtud del presente Acuerdo en la investigación o procedimiento policial indicado en la solicitud.

Artículo 12

La solicitud deberá redactarse en el idioma de la Parte requirente y será acompañada de una traducción al idioma de la Parte requerida. A su vez, los informes originados como consecuencia de la referida solicitud, serán redactados únicamente en el idioma del Estado requerido.

CAPÍTULO III

Persecución de Delincuentes

Artículo 13

Los funcionarios de las autoridades policiales de las Partes que, en su propio territorio, estén persiguiendo a una o más personas que para eludir la acción de tales autoridades traspasaran el límite fronterizo, podrán ingresar al territorio de la

otra Parte al solo efecto de requerir a la autoridad policial más próxima el procedimiento legal correspondiente. De la solicitud deberá labrarse acta por escrito.

Artículo 14

Concretada la detención y/o aprehensión preventiva de las personas motivo de la persecución, las autoridades policiales de la Parte requerida comunicarán en forma urgente a las autoridades de la Parte requirente. Las personas detenidas y/o aprehendidas preventivamente permanecerán en dicha situación conforme a las disposiciones legales establecidas en el país de detención.

Artículo 15

Las autoridades policiales de una de las Partes en el desarrollo de la investigación de un delito o vigilancia de una o más personas que presuntamente hayan participado en un hecho delictivo y que pueda ser objeto de extradición, podrán actuar como observadores en el territorio de la otra Parte previa autorización de las autoridades de esta última.

CAPÍTULO IV

Disposiciones Finales

Artículo 16

El presente Acuerdo no restringirá la aplicación total o parcial de otros que sobre la misma materia hubieran sido suscritos o pudieran suscribirse entre las Partes, en tanto sus cláusulas resultaren más favorables para fortalecer la cooperación mutua en asuntos vinculados a las tareas de policía en zonas limítrofes.

Artículo 17

1. Las controversias que surjan entre las Partes con motivo de la aplicación, interpretación o incumplimiento de las disposiciones contenidas en el presente Acuerdo, serán resueltas por negociaciones directas entre el Ministerio de Justicia de Brasil y el Ministerio del Interior de Uruguay, en un plazo de 90 (noventa) días.

2. Si vencido ese plazo la controversia no hubiera sido resuelta mediante las negociaciones directas aludidas en el párrafo anterior de este artículo, ella será solucionada por la vía diplomática.

Artículo 18

Las Partes, a través de las autoridades policiales se comprometen a establecer y mantener, en la zona de frontera, los sistemas de comunicaciones más adecuados a los fines del presente Acuerdo.

Artículo 19

El presente Acuerdo entrará en vigor 60 (sesenta) días después de la fecha en que las Partes intercambien los respectivos instrumentos de ratificación.

Artículo 20

Cualquiera de las partes signatarias podrá denunciarlo, mediante notificación escrita dirigida a la otra por vía diplomática, con 6 (seis) meses de anticipación.

Hecho en Rio Branco, República Oriental del Uruguay, el 14 de abril de 2004, en dos ejemplares originales, en español y portugués, ambos textos igualmente auténticos.

POR LA REPUBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL	POR LA REPUBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY
Celso Amorim Ministro de Estado das Relações Exteriores	Didier Opertti Badán Ministro das Relações Exteriores

ANEXO I

ACUERDO SOBRE COOPERACIÓN POLICIAL EN LA INVESTIGACIÓN, PREVENCIÓN Y CONTROL DE HECHOS DELICTIVOS, ENTRE LA REPÚBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL Y LA REPÚBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY.

Coordinadores de Frontera

- República Federativa del Brasil
Ministerio da Justicia - Secretaría Nacional de Justicia
Dirección Postal: Esplanada dos Ministérios, Bl. T, Edificio Sede, sala 428
(CP 70064-900) Brasília – DF.

- República Oriental Del Uruguay
Ministerio del Interior - Dirección Nacional de Información e Inteligencia
Dirección Postal: Maldonado 1121 – Montevideo – Uruguay.

ANEXO II

ACUERDO SOBRE COOPERACIÓN POLICIAL EN LA INVESTIGACIÓN, PREVENCIÓN Y CONTROL DE HECHOS DELICTIVOS, ENTRE LA REPÚBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL Y LA REPÚBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY.

Nómina de las Autoridades Policiales comprometidas en los términos del presente Acuerdo:

Por la República Federativa del Brasil

- Policía Federal del Brasil;
- Secretaria de Justicia y Seguridad de Rio Grande del Sur.

Por la República Oriental del Uruguay

- Policía Nacional del Uruguay